

PAE nº 2026/2197764

MINUTA CONTRATO 08/2026

RESUMO



CONTRATANTE

Estado do Pará | SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES
CNPJ nº 50.008.131/0001-93.

CONTRATADO

METODO TELECOMUNICAÇÕES E COMERCIO LTDA
CNPJ nº 65.295.172/0001-85



OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento e implantação de serviços de telefonia fixa em regime de comodato visando atender as atividades administrativas no prédio da Secretaria de Estado das Mulheres/PA.



ENTREGA

Local O serviço deve ser prestado no endereço da contratante, Av. Governador José Malcher, 2803 – A, São Braz, Belém-PA, das 8:00h às 17:00h.



VALOR TOTAL

RS 33.796,00 (Trinta e três mil, setecentos e noventa e seis reais).

REAJUSTE

<i>Índice</i>	(X)IPCA	INPC	INCC	IGPM
---------------	---------	------	------	------

<i>Período</i>	A cada 12 meses , a contar de 06/04/2026. Tendo como base para o reajuste o orçamento estimado.			
----------------	--	--	--	--

PAGAMENTO

<i>Forma</i>	Ordem bancária.
--------------	-----------------

<i>Prazo</i>	30 dias corridos , a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.
--------------	--



FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7ª da Lei 14.133/21, ou pelos respectivos substitutos.



VIGÊNCIA

<i>Prazo</i>	12 meses.
--------------	------------------

<i>Início</i>	06/07/2026
---------------	-------------------

<i>Fim</i>	05/07/2027
------------	-------------------

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

Partes

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE ESTADO DO PARÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES - SEMU, com sede em Belém-Pará, na Av. Governador José Malcher, 2803-A, Bairro Nazaré CEP: 66.090-100, Belém/PA, inscrita no CNPJ nº 50.008.131/0001-93, doravante denominada **CONTRATANTE**, devidamente representada por sua Secretária, **CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA MARTINS**, brasileira, CPF nº 104.295.492-53, residente e domiciliada nesta cidade.

CONTRATADO METODO TELECOMUNICAÇÕES E COMERCIO LTDA, localizado na Av. Barão Homem de Melo, 3.382, 1º andar – Estoril - Cep: 30494-270 - Belo Horizonte / MG, inscrita no CNPJ nº 65.295.172/0001-85, endereço eletrônico: licitacao@metodotelecom.com.br, doravante denominado **CONTRATADO**, neste ato representado, por seu representante legal ANDERSON MENDES PI-ENTA, brasileiro, casado inscrito na CI: MG 4.346.999 e CPF: 758.469.426-87.

Cláusula 2

Fundamento legal

2.1 O presente contrato é oriundo Pregão Eletrônico nº 001/2026, constante no PAE nº 2026/2197764 regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento e implantação de serviços de telefonia fixa em regime de comodato visando atender as atividades administrativas no prédio da Secretaria de Estado das Mulheres/PA.

3.2 Em relação à natureza, trata-se de serviço comum de natureza continuada sem monopólio.

3.3 Este instrumento se vincula originária do Pregão Eletrônico nº 001/2026.

3.4 De acordo com o ETP Nº 04/2026, o contratado deverá prestar garantia pelos serviços prestados de, no mínimo, 12 meses, até a sua conclusão.

3.5 Os serviços contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CO- DIGO SIMAS (SER- VICO)	UND	QTD	VALOR UNIT ESTIMADO	TOTAL
1	1	LICENÇAS DE RAMAL • PERMITIR USO SIMULTÂNEO DE ATÉ 5 DISPOSITIVOS (TELEFONE IP E/OU SOFTPHONE). • CONFERÊNCIA DE VOZ COM ATÉ 3 PARTICIPANTES INTERNOS E/OU EXTERNOS. • SUPORTE A DESVIO DE CHAMADAS (INCONDICIONAL, OCUPADO, NÃO ATENDIDO E INDIS-ONÍVEL). • CRIAÇÃO DE GRUPOS DE ATENDIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE CHAMADAS. • IDENTIFICAÇÃO DE CHAMADAS (BINA) E BLOQUEIO DE CHAMADAS ESPECÍFICAS. • CADEADO ELETRÔNICO E REDIS-CAGEM DE CHAMADAS PERDIDAS. • NÃO SERÃO ACEITAS SOLUÇÕES OU SISTEMAS BASEADOS OU DERIVADOS DA SOLUÇÃO DE CÓDIGO ABERTO, COMO ASTERISK E/OU FREESWITCH.	CÓ- DIGO NÃO CA- DAS- -RADO	UND	40	R\$ 280,00	R\$11.200,00
	2	LICENÇAS DE SOFTPHONE • BASEADO EM PROTOCOLO SIP, COMPATÍVEL COM PABX EM NUVEM. • ATENDIMENTO DE LIGAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS. • CONFERÊNCIA DE ÁUDIO E VÍDEO COM ATÉ 100 PARTICIPANTES. • COMPATÍVEL COM WINDOWS 10, IOS 15.5+ E ANDROID 8+. • SUPORTE A CODECS G.711, G.722, G.729, OPUS E H.264. • CRIPTOGRAFIA AES-256, SRTP COM HMAC SHA1 E SUPORTE A TLS/SRTP. • PRESENÇA, CHAT, COMPARTILHAMENTO DE TELA, QUADRO BRANCO E FUNDO VIRTUAL. • ACESSO VIA URL E PUBLICAÇÃO EM APP STORE E GOOGLE PLAY. • O SOFTPHONE DEVERÁ SER DO MESMO FABRICANTE DO PABX.	CÓ- DIGO NÃO CA- DAS- -RADO	UND	40	R\$ 120,00	R\$ 4.800,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES



3	<u>LICENÇAS DE ATENDIMENTO AUTOMÁTICO (URA)</u> • SISTEMA DE AUTOATENDIMENTO ELETRÔNICO COM MEN-AGEM DE BOAS VINDAS. • MÍNIMO DE 5 MENUS DE NAVEGAÇÃO E 2 NÍVEIS HIERÁRQUI-OS. • CONFIGURAÇÃO VIA PORTAL DE ADMINISTRAÇÃO. • DIFERENCIAÇÃO DE MENUS POR HORÁRIO COMERCIAL, PÓS-EXPEDIENTE E FERIADOS. • POSSIBILIDADE DE UPLOAD E SUBSTITUIÇÃO DE ÁUDIOS PER-SONALIZADOS.	CÓ-DIGO NÃO CA-DAS-RADO	UND	1	R\$ 96,00	R\$ 96,00
4	<u>TELEFONE IP BÁSICO EM RE-GIME DE COMODATO</u> • EQUIPAMENTOS NOVOS, HOMO-LOGADOS PELA ANATEL. • COMPATÍVEIS COM SISTEMA PABX EM NUVEM. • ÁUDIO HD COM REDUÇÃO DE RUÍDO E CANCELAMENTO DE ECO. • TELA MÍNIMA DE 192X48 PIXELS E SUPORTE A FONE DE OUVIDO EHS. • 10 TECLAS DE FUNÇÃO E 4 PRO-GRAMÁVEIS. • 2 PORTAS RJ-45 GIGABIT COM SUPORTE POE (IEEE 802.3AF). • SUPORTE A SIP, TLS, SRTP, HTTPS, QOS, VLAN E LLDP-MED. • FONTE AC 100V-240V INCLUSA	CÓ-DIGO NÃO CA-DAS-RADO	UND	30	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00

	<u>TELEFONE IP AVANÇADO EM REGIME DE COMODATO</u> •POSSUIR HOMOLOGAÇÃO DA ANATEL. •DEVE SER COMPATÍVEL COM O SISTEMA DE TELEFONIA EM NUVEM. •DEVE PERMITIR ACESSO A TODAS AS FACILIDADES / FUNÇÕES DO PABX EM NUVEM DESCRITAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA. •ÁUDIO HD NO ALTO-FALANTE E NO MICROFONE. •TELA COLORIDA DE NO MÍNIMO 2,8 POLEGADAS (300 PIXELS DE LARGURA X 220 PIXELS DE ALTURA). •DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 30 TECLAS PROGRAMÁVEIS (DDS) PAGINÁVEIS COM LED INDICADOR NO DISPLAY PRINCIPAL OU NO SECUNDÁRIO. •DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 12 LINHAS SIP. •CONFERÊNCIA DE 6 VIAS. •ENTRADA PARA ATÉ 992 CONTATOS EM LISTA TELEFÔNICA LOCAL. •DEVE POSSUIR IDENTIFICADOR DE CHAMADAS. •SUPORTAR FONE DE OUVIDO SEM FIO EHS. •SUPORTAR OS CODECS G.711A/U, G.726, G.729A, ILBC, G.722 E OPUS. •DEVE SUPORTAR AS FUNCIONALIDADES DE AEC, VAD, CNG, BNE, NR, AGC, PLC. •DEVE POSSUIR 6 TECLAS DE FUNÇÃO (RETER/ MWI/ ENCAMINHAR/ CONFERÊNCIA/ REDISCA-EM/ HEADSET). • DEVE POSSUIR 3 TECLAS DE LINHAS COM LED. • DEVE POSSUIR PORTA USB 2.0. • SUPORTAR DOIS ÂNGULOS AJUSTÁVEIS E INSTALAÇÃO EM PAREDE. • DEVE POSSUIR 02 INTERFACES DE REDE RJ-45 10/100/1000 PARA CONEXÃO DE DESKTOP E CONECTIVIDADE COM A REDE LAN. • FUNÇÃO POE (IEEE 802.3 AF). • SUPORTE AOS PROTOCOLOS SIP2.0 OVER UDP, RTP, STUN, TLS, IPV6, LLDP, PPPOE, QOS, 802.1X, L2TP, OPENVPN, SNTP, FTP/TFTP, HTTP/HTTPS, TCP, RTCP, SRTP, DHCP. • DEVEM SER FORNECIDOS COM	CÓDIGO NÃO CADASTRADO	UND	10	RS 750,00	RS 7.500,00
--	--	-----------------------	-----	----	-----------	-------------

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES



	FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC 100V-240V.					
6	SERVIÇO DE ASSINATURA STFC • LICENÇA VÁLIDA DA ANATEL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. • LIGAÇÕES ENTRE RAMAIS SEM LIMITE SIMULTÂNEO. • DISPONIBILIZAÇÃO DE 90 CANAIS PARA LIGAÇÕES EXTERNAS SIMULTÂNEAS. • FORNECIMENTO DE NÚMEROS DDR PARA TODOS OS RAMAIS. • POSSIBILIDADE DE PORTABILIDADE DOS NÚMEROS ATUAIS SEM CUSTO ADICIONAL. • CHAMADAS LOCAIS E DE LONGA DISTÂNCIA (FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL).	CÓDIGO NÃO CADASTRADO	UND	1	R\$ 4.800,00	R\$ 4.800,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO						R\$ 33.796,00

CLÁUSULA 4

Entrega do serviço

As condições de entrega e recebimento dos serviços deverão ser prestadas nas dependências do SEMU (Secretaria de Estado de Mulheres), localizado na Avenida Governador José Malcher, nº 2803, 2º andar, bairro São Brás, cep 66.090-100, Belém/PA, nos horários estabelecidos nas respectivas ordens de serviço.

CLÁUSULA 5

Preço

O valor global do contrato é de **R\$ 33.796,00 (Trinta e três mil, setecentos e noventa e seis reais)** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará.

Gestão/Unidade 33101.

01500000001

01500000055

Fonte 02500000001

02500000055

01501000001

**Programa
de Trabalho** 14.122.1297.8338

**Elemento
de Despesa** 33.90.40.00

CLÁUSULA 7

Reajuste

7.1 O contrato será reajustado pelo IPCA.

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **06/04/2026**.

7.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

7.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

8.1 O pagamento será realizado em 30 dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

Banco Santander.

Agência 2048

Conta 13001512-3

8.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.5 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.6 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.7 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.8 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.9 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.10 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos serviços que já foram entregues.

8.11 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os serviços já entregues.

8.12 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.13 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.14 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.15 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

9.1 Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA 10

Obrigação das partes

10.1 O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c.** Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e.** Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g.** Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a. Entregar o objeto no prazo constante no Termo de Referência, acompanhado do manual do usuário com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.
- d. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.
- g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.
- h. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
 - 1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
 - 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
 - 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
 - 4. Certidão de Regularidade do FGTS.
 - 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - 6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- i. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- j. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- k. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.

- l. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- m. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- n. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- o. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	Advertência*
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Impedimento de licitar e contratar</i> ”.
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao	Impedimento de licitar e contratar*

funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

- c. Dar causa à inexecução total do contrato.
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.
- h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de "Declaração de inidoneidade para licitar e contratar".

**Declaração de inidoneidade
para licitar e contratar**

12.2 O atraso superior a 10 dias corridos autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa

Moratória

Compensatória

- | | |
|--|--|
| a. 2% sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 10 dias corridos. | 2% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto. |
|--|--|

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de 15 dias úteis, contado de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até 25% do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

CLÁUSULA 15

Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor FERNANDO JOSÉ FOLHA DO VALE JÚNIOR CPF nº 634.746.032-72, matrícula nº 8084710/2, lotado no Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI e como suplente o JOÃO PEDRO DOS SANTOS CORDEIRO CPF 061.437.122-80, matrícula 5983020/2, lotado no Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado

CLÁUSULA 16

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA 18

Divulgação e publicação

18.1 O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19

Vigência

19.1 O contrato terá vigência de **12 meses**, com início em **06/07/2026** e término em **05/07/2027**.

19.2 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

19.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA 20

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Belém (PA), 2 de julho de 2026.

CLEIDE MARIA
AMORIM DE
OLIVEIRA
MARTINS:104295
49253

Assinado de forma
digital por CLEIDE
MARIA AMORIM DE
OLIVEIRA
MARTINS:10429549253
Dados: 2026.07.06
11:43:25 -03'00'

CLEIDE MARIA AMORIM DE
OLIVEIRA
Secretária Adjunta de Estado das Mulheres
Contratante

ANDERSON
MENDES
PIMENTA:75846
942687

Assinado de forma
digital por ANDERSON
MENDES
PIMENTA:75846942687
Dados: 2026.07.03
11:37:40 -03'00'

METODO TELECOMUNICAÇÕES E
COMERCIO LTDA
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 - Marilza Martins de Almeida 698.133.102-00

